

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.666 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2003

Plenário proíbe alteração na lista única de transplantes

O Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei que proíbe a inversão da ordem dos nomes na Lista Única do Sistema Nacional de Transplantes. A matéria será votada em turno suplementar antes de retornar à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 4

Subcomissão da CAE vai estudar medidas contra a fome no país

A Comissão de Assuntos Econômicos criou ontem uma subcomissão para estudar formas de enfrentar o problema da fome no país. Integrada por cinco senadores, a subcomissão também acompanhará o Projeto Fome Zero.

PÁGINA 11

Saiba como é elaborado o Orçamento Geral da União

A partir desta edição, o *Jornal do Senado* publicará, periodicamente, material produzido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle. O objetivo é oferecer ao leitor informações sobre o processo de elaboração e execução orçamentária no país.

PÁGINAS 6 A 8

Sarney quer combate ao crime como prioridade absoluta



Jane de Araújo

“Não há nada pior do que uma sociedade insegura”, disse ontem o presidente do Senado, José Sarney, ao defender “prioridade absoluta” para o combate ao crime organizado. Ele acrescentou que considera indispensável a ampliação dos gastos com segurança pública. “Este é um investimento que a sociedade tem que fazer”, salientou.

Sarney afirma que o Congresso vai respaldar as ações do Executivo e do Judiciário para reforçar o combate à criminalidade

Lobão discute com ministro reforma do Judiciário

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Edison Lobão, teve encontro ontem com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o líder do governo, senador Aloizio Mercadante. Eles conversaram sobre a proposta de reforma do Judi-

ciário, que retornou ao exame da comissão, e Lobão informou que já na próxima semana deverá ser designado um relator para a matéria. Segundo o ministro, a reforma do Judiciário é um dos instrumentos do Estado para combater a violência.

PÁGINA 3

Célio Azevedo



O ministro Agnelo Queiroz (E) com os senadores Osmar Dias e Hélio Costa

Esporte deve servir à inclusão social, afirma Agnelo no Senado

Em audiência pública na Comissão de Educação, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, disse que o governo quer dar a crianças e jovens uma ocupação saudável, mantendo-os longe da criminalidade. Para o ministro, o esporte deve ser instrumento de inclusão social.

PÁGINA 9

Programa Interlegis deve atingir 2 mil municípios ainda este ano

Diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, explica no 8º Congresso Brasileiro de Municípios o trabalho de integração dos legislativos. Hoje, o senador Romeu Tuma participa do encontro

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), diretor nacional do Programa Interlegis, apresenta hoje, no 8º Congresso Brasileiro de Municípios, que está sendo realizado em Brasília, as metas do programa para este ano. O Interlegis integra os legislativos de todo o país por meio de recursos de informática.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, esteve ontem no evento e disse aos participantes que o Programa Interlegis, com quatro anos de existência, já une, por meio de uma rede de videoconferência, o Congresso Nacional e as assembleias legislativas. Além disso, "mais de 1.100 câmaras municipais já receberam

computadores para conectar-se à Internet", declarou, antecipando que o serviço deve atingir 2 mil municípios ainda este ano.

O Interlegis, segundo Agaciel, recebe pelo Portal Interlegis mais de 900 mil acessos mensais. Uma equipe especializada desenvolve produtos que facilitam os trabalhos das casas legislativas, como o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), e dos parlamentares — o Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar (SAAP), explicou.

A finalidade do Programa Interlegis, criado pelo Senado e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é moder-



Agaciel Maia (D) informou que o Interlegis já une o Congresso Nacional e as assembleias legislativas por meio de uma rede de videoconferência

nizar e integrar os legislativos. Ao colocar as informações na Internet, as casas legislativas e os parlamentares permitem que outras casas, outros parlamentares e a popula-

ção em geral conheçam seu trabalho. O endereço eletrônico facilita o diálogo dos legisladores com os colegas de outras regiões e dos eleitores e seus representantes, disse.



Representantes dos mata-mosquitos, acompanhados pelo deputado Babá, estiveram com o presidente do Senado, José Sarney

Grupo de mata-mosquitos quer readmissão na Funasa

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o deputado Babá (PT-PA), acompanhado de ex-funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que optaram pelo Plano de Demissão Voluntária e pleiteiam a readmissão. Eles alegam que não podiam ter sido demitidos porque foram contaminados por inseticidas no exercício do

trabalho. Mata-mosquitos do Rio de Janeiro concursados em 1988 também desejam ser reintegrados.

O deputado disse que Sarney prometeu apoiar a tentativa de readmissão junto ao presidente da República, e também pedir ao Ministério da Saúde atendimento médico aos mata-mosquitos contaminados.

Governador lembra apoio de Sarney a assentamento

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos, o Zeca do PT. O governador comunicou a Sarney que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, irá a seu estado nesta semana, devendo visitar na sexta-feira, em Ponta Porã, o Assentamento Itamaraty, por ele definido como bem-sucedido projeto de reforma agrária.

Zeca do PT lembrou que, na Presidência da República, foi Sarney quem ajudou a viabilizar financiamentos para esse empreendimento, hoje o maior assentamento de trabalhadores sem terra no Brasil, com 1.250 famílias beneficiadas. Com 25.100 hectares, a Fazenda Itamaraty, que pertencia ao empresário Olacir de Moraes, é uma referência de reforma agrária no país.

O governador informou a Sarney que, numa safra que está colhendo

6 milhões de toneladas de grãos, esse assentamento hoje está contribuindo com 60 mil toneladas, ou seja, 1% da produção do estado. "Isso prova que, quando bem elaborado e bem construído, um assentamento é viável", afirmou governador.

Acompanhado do senador Delcídio Amaral (PT-MS), Zeca do PT ouviu elogios de Sarney a esse projeto de reforma agrária. O presidente do Senado também disse que, podendo ajudar outras vezes o estado, o fará por intermédio de Delcídio Amaral, visto manter-se interessado no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, tanto do ponto de vista social como econômico.

De acordo com o governador, ao desembarcar em Campo Grande, a comitiva de Lula seguirá para o parque de exposições onde será aberta a Expogrande 2003 — a maior feira agropecuária do Centro-Oeste brasileiro.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2003

Presidente
José Sarney

12h30 — Recebe o ministro da Defesa, José Viegas Filho

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: entre outras matérias, PLC nº 93/02, dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama); mensagens submetendo à apreciação do Senado a escolha dos nomes de George Ney de Souza Fernandes, Antonino Lisboa Mena Gonçalves e Kywal de Oliveira para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto ao Zimbábue, à Bolívia e ao Timor-Leste; votação, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (regras para demarcação de terras indígenas); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01, altera a redação do artigo 6º da Constituição federal (acrescenta a alimentação aos direitos sociais); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/99, dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 5º da Constituição federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito).

COMISSÕES

9h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLC nº 1/03, dispõe sobre o Estatuto do Torcedor; e PLC nº 93/02, dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

9h30 — Comissão de Educação
Pauta: PLC nº 1/03, Estatuto do Torcedor. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: audiência pública com a presença do ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Francisco Graziano da Silva, para discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do ministério. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

Após a Reunião Conjunta — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: entre outras matérias, PLS nº 230/95, dispõe sobre as operações de fomento mercantil — factoring; PLS nº 392/99, determina que as assembleias legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o Distrito Federal. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: entre outras matérias, avisos mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisões e acórdãos daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Sarney diz que combate ao crime é prioridade

Ampliação dos gastos com segurança pública é indispensável, segundo o presidente do Senado. Ele também defende mudanças na Lei Fleury e nas leis que tratam da proteção aos juízes



Jane de Araújo

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que considera indispensável a ampliação dos gastos com segurança pública, enfatizando que o combate ao crime organizado deve ser encarado por todos como “prioridade absoluta”.

— É uma decisão que não cabe apenas ao Congresso, pois também o governo e a opinião pública, em conjunto, devem se conscientizar de que este é um investimento que a sociedade tem que fazer. Com grande sacrifício, é verdade, mas que é necessário, pois não há nada pior do que uma

sociedade insegura — afirmou.

Para Sarney, o Brasil está passando por um problema muito sério e que já afeta países como a Itália, a França e a Colômbia.

— O Brasil estava fora desse tipo de violência, essa verdadeira guerra em que o crime organizado sente capaz de enfrentar o Estado. Nós estávamos imunes até agora. Não estamos aparelhados do ponto de vista legal nem operacional para enfrentar esse tipo de situação. De nossa parte, o Congresso Nacional vai respaldar as ações do Executivo e do Judiciário, para rapidamente dar os ins-

trumentos legais que forem necessários — disse.

Entre as medidas que o Congresso poderá adotar, Sarney citou a modificação das leis visando garantir proteção adequada aos juízes e evitar que eles se sintam intimidados pelo crime organizado. Segundo o senador, leis assim foram adotadas por outros países que vivem problemas semelhantes.

— Na França, os juízes encarregados do crime organizado vivem quase no anonimato e sob proteção especial para poder trabalhar.

O senador defendeu também a

revisão da chamada Lei Fleury (nº 5.941, de 1973), que permite que o juiz deixe de decretar, ou revogue, a prisão de réu primário de bons antecedentes, que passa a responder ao processo em liberdade.

— Acho que o momento é propício para a mudança da Lei Fleury, pois deixar que criminosos se defendam soltos é uma ofensa à sociedade e às vítimas. A vida humana é a coisa mais importante, o homicídio é o maior crime. Esse é um erro da legislação brasileira que já procurei derrubar, mas a Constituição de 88 manteve — observou.

Motta quer leis que garantam Justiça rápida

O senador João Batista Motta (PPS-ES) defendeu mudanças na legislação que permitam a atuação conjunta das polícias, do Ministério Público e do Poder Judiciário no combate à criminalidade. Em discurso sobre o assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, da Vara de Execuções



João Batista Motta: pesar pelo juiz assassinado

Penais do Espírito Santo, o senador defendeu ontem a aprovação da reforma do Judiciário e nova tipificação penal, determinando aumento de penas para crimes como o cometido contra o magis-

trado.

— Uma legislação que garanta rapidez no julgamento, prisão provisória e preventiva durante o processo, e cumprimento integral da pena em regime fechado e em estabelecimentos especiais de segurança máxima — explicou o senador.

Na avaliação de Motta, o assassinato do juiz tem relação direta com o combate que os criminosos vêm sofrendo por parte das autoridades estaduais e federais.

— Reafirmamos o nosso apoio

ao governador Paulo Hartung, que tanto tem trabalhado para devolver ao Espírito Santo o clima institucional necessário ao seu pleno desenvolvimento.

O senador elogiou a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante da reação do crime organizado — o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciou o reforço da missão especial federal que atua no estado. Mas, para ele, os esforços não serão suficientes se não houver um trabalho conjunto do governo federal, dos estados e do Congresso Nacional. João Batista Motta apresentou requerimento de pesar em solidariedade ao juiz assassinado.

Contra o risco da caneta que altera cheque

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou, na última sexta-feira, projeto de lei que pune o uso indevido de canetas capazes de apagar o que foi escrito. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda apresentação de emendas.

Valmir Amaral observou que a coluna de Ancelmo Góis, publicada no jornal *O Globo*, informou

que essas canetas capazes entraram mais uma vez no mercado. Elas podem servir como instrumento de alteração de cheques preenchidos, comprometendo a fé pública.

Segundo a proposição do senador, ficariam proibidos a fabricação, aquisição, fornecimento,



Valmir Amaral quer punir responsáveis por falsificação

posse e guarda dessa caneta. O projeto faria parte do artigo do Código Penal que trata dos apetrechos de falsificação, segundo o qual quem fabrica, adquire, fornece, possui ou guarda esses objetos fica sujeito a reclusão de um a três anos, além de multa.

Edison Lobão (D) recebe o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no Senado



Geraldo Magela

Lobão: CCJ indica já relator para reforma do Judiciário

O senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse ontem que a reforma do Poder Judiciário deve ter relator já na próxima semana. A reestruturação do Judiciário foi tema de encontro entre o senador e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ontem no Senado. Participou também da reunião o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Além de garantir a indicação de relator para a reforma, o presidente da CCJ também afirmou que o governo, por intermédio do ministro da Justiça, tem prestado grande contribuição à discussão do tema no Congresso. Segundo o senador, Márcio Thomaz Bastos pode ser um dos primeiros debatedores

convidados para participar de reunião da CCJ sobre o assunto.

Diante dos últimos acontecimentos que envolveram a ação do crime organizado no país, como o assassinato do juiz da Vara de Execuções Criminais de Vila Velha (ES), Alexandre Martins de Castro Filho, na última segunda-feira, o ministro da Justiça ressaltou que a reforma do Judiciário é um dos instrumentos do Estado para combater à violência. Ao sair da reunião com os senadores, ele disse que recebeu o trabalho já desenvolvido no Senado em relação ao tema.

— Enquanto não tivermos um Judiciário rápido, eficaz e de resposta pronta à criminalidade, não combateremos com eficiência o crime organizado — afirmou o ministro.

Aprovada mudança na composição de tribunal

Com 53 votos a favor, 12 contra e uma abstenção, foi aprovada ontem, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) que aumenta para cinco o número de integrantes de tribunais de contas de estados que venham a ser criados. Atualmente a Constituição define em três esse número. O tex-

to aprovado em Plenário — que terá ainda novo turno de votação — foi um substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Jefferson Péres (PDT-AM), à proposta original da ex-senadora Marluce Pinto.

O senador Almeida Lima (PDT-

SE) posicionou-se contra a iniciativa, por considerar que ela cria novas despesas. Ele disse que as contas deveriam ser conferidas por empresa de auditoria independente.

Transcorreu ontem a primeira sessão de discussão de três outras PECs: a que inclui a alimentação

entre os direitos sociais; a que determina a incorporação e transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios para os tribunais de contas dos estados; e a que estabelece a gratuidade do registro e da primeira emissão das certidões de nascimento, casamento e óbito.



Roosevelt Pinheiro

Substituto de Jefferson Péres foi acolhido em primeiro turno pelo Senado

Lista única de transplantes não deverá ser alterada

Plenário do Senado aprova projeto de lei classificando como crime mudanças na relação de pessoas que aguardam por doação

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que proíbe a alteração da ordem dos nomes constantes na Lista Única do Sistema Nacional de Transplantes, desde que haja "leito disponível em qualquer unidade hospitalar pública ou particular acessível em prazo próprio à operação (...), exceto nos casos de incompatibilidade orgânica definida em regulamentação específica". A matéria torna crime a alteração, punível com pena de dois a quatro anos de detenção. Como foi aprovado um substitutivo ao projeto original, a proposta ainda será submetida ao Plenário para votação em turno suplementar.

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu a aprovação da proposta, ressaltando que ela precisa de "ajustes finais". Segundo Viana, a tendência majoritária entre as entidades da sociedade civil que tratam do assunto é de aprovar a proibição na alteração da lista única, mas ressaltou haver "casos especiais".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou ter sido procurado por uma senhora que alertou quanto à possibilidade de que os médicos examinassem a gravidade de um caso específico, como o de seu marido. Mesmo após a morte do cônjuge, relatou Suplicy, essa senhora continua defendendo a possibilidade de alteração na lista única.



Plenário deverá votar, em turno suplementar, o projeto sobre a lista de transplantes, pois a proposta aprovada ontem é um substitutivo



Talidomida terá uso e venda controlados

Projeto de lei que trata do controle do uso da talidomida foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Também foi aprovado requerimento solicitando dispensa da redação final, possibilitando que o projeto seja encaminhado à sanção presidencial.

Para o líder do PT, senador Tião Viana (AC), o projeto é "um avanço e uma contribuição efetiva do processo legislativo" para regular o uso do medicamento. A talidomida causa deformações no feto se tomada durante a gestação, tendo causado milhares de vítimas, principalmente nos países do Terceiro Mundo, nas décadas de 50 e 60. O medicamento, porém, é utilizado no tratamento da hanseníase.

Apresentado em 1999 pelo senador Lúcio Alcântara, o projeto retornou da Câmara dos Deputados na forma do substitutivo aprovado em Plenário. Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi relatado com parecer favorável pelo ex-senador Sebastião Rocha.

A proposição determina, entre outras coisas, que o medicamento somente poderá ser fornecido com prescrição em formulário especial e numerado, retido pela farmácia. Seu fornecimento será feito "exclusivamente pelos programas expressamente qualificados pela autoridade federal competente, vedado seu fornecimento em cartelas ou amostras desacompanhadas de embalagem, rótulo ou bula". O projeto estabelece também que o rótulo e a embalagem devem exigir ostensivamente a proibição de seu uso por mulheres grávidas ou sob o risco de engravidar.



Para Tião Viana, aprovação do projeto é "um avanço e uma contribuição efetiva do Legislativo"

Para Tião Viana, aprovação do projeto é "um avanço e uma contribuição efetiva do Legislativo"

Lando: falta de pesquisa asfixia as universidades

O senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou ser um problema de soberania nacional a crise por que passa a universidade pública e o crescimento de instituições privadas no país, principalmente em Rondônia, onde a universidade federal espera pela contratação de mais de 60 professores. Segundo ele, a presença de somente uma minoria rica no ensino superior gera a diminuição da pesquisa científica por parte dos cientistas locais, despertando o interesse de empresas internacionais no setor.

— A pesquisa paralisada nas universidades públicas locais, por falta de recursos, e as vagas de professores não preenchidas na universidade local são o contraponto de "cientistas internacionais", contratados a peso do nosso ouro por agências multinacionais, que são acobertadas por pretextos "midiosos" quase sempre a título de suposta preservação do meio ambiente — disse o parlamentar.

Amir Lando, no entanto, acredita que, com as indicações autorizadas nas primeiras ações do novo governo, esse problema será contornado. Usando como exemplo o que ocorre no seu estado, ele lembrou que essa é também a



Lando citou caso da Universidade Federal de Rondônia, que espera pela contratação de 60 professores

expectativa de alunos e professores da Universidade Federal de Rondônia (Unir), que espera a contratação de 60 professores efetivos e 40 substitutos.

— O que desejam os estudantes, o corpo docente e a direção da Unir é nada mais que a universidade possa continuar a busca de conhecimento que permita a manutenção, no futuro, da integridade nacional. Não se admite dimensionar tais contratações apenas sobre o prisma dos custos, como era visto até recentemente. Com certeza o novo governo levará em conta, principalmente, os benefícios de uma universidade viva, presente, atuante, amazônica e, sobretudo, brasileira — finalizou o senador.

Jucá diz que ensino melhorou na era FHC

A execução de políticas e programas direcionados ao acesso e à permanência do aluno na escola, o crescimento da qualidade do ensino e a eficiência na gestão dos recursos foram, na avaliação do senador Romero Jucá (PSDB-RR), as maiores contribuições à educação feitas no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com a participação da comunidade, representada nos conselhos de acompanhamento e controle social, observou o senador, promoveu-se o acréscimo de cerca de dois milhões de alunos no ensino fundamental. Em 2001, praticamente todas as crianças, na faixa etária dos sete aos 14 anos, estavam na escola, ao mesmo tempo em que registrava-se aumento acentuado de matrículas nas regiões Norte e Nordeste, acrescentou Jucá.

Para o senador, em vez de im-

por projetos e programas, o governo passado sugeriu transformações, descentralizou o sistema e passou a dividir responsabilidades efetivas com os estados, os municípios e, inclusive, com as escolas.

A partir daí, surgiram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o programa Dinheiro Direto na Escola, o Programa Nacional do Livro Didático, o Bolsa-Escola e o programa Parâmetros Curriculares em Ação.

O carro-chefe da grande reforma, segundo o senador, foi o nascimento do Fundef, criado pela Emenda Constitucional 14, e que passou a vigorar em 1998, dispondo sobre a distribuição de recursos e definindo responsabilidades.

Subcomissão vai estudar a dívida pública interna

Comissão de Assuntos Econômicos cria grupo com nove integrantes para aprofundar análise sobre o endividamento das três esferas de governo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a criação de uma subcomissão para estudar e acompanhar o endividamento público interno do país. O autor da proposta, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que o estudo será "difícil, árduo e necessário".

O requerimento de Suassuna restringia a análise às dívidas estaduais. Mas o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), propôs incluir o endividamento das três esferas de governo — União, estados e municípios — para dar um alcance maior à subcomissão, que terá excepcionalmente nove membros — em vez dos cinco habituais.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), explicou, em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que o número maior de integrantes da subcomissão se justifica pelas diferenças regionais



CAE também terá subcomissões para tratar de turismo e da compensação a unidades da Federação onde atuam empresas de mineração

e pela complexidade da matéria.

Tebet também anunciou os nomes dos integrantes das duas subcomissões temporárias aprovadas pela CAE no dia 18. A primeira, que irá estudar a situação da compensação financeira às unidades da Federação onde atuam empresas de mineração, terá cinco titulares: a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), autora do requerimento para a sua criação, e os senadores Luiz Otávio

(PMDB-PA), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A subcomissão de turismo, que irá avaliar a política para o setor e suas potencialidades, também terá cinco titulares: os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e Paulo Octávio (PFL-DF), autores do requerimento de criação, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Aelton Freitas (PL-MG).

Adiada decisão sobre capital de empresas privatizadas

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pediram vista, ontem, do projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que pretende obrigar as empresas privatizadas a manter o seu capital aberto. A matéria recebeu substitutivo do relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), e será apreciada na próxima reunião da comissão, por determinação do presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

De acordo com Osmar Dias, apesar de o voto do relator ser favorável à sua idéia, o substitutivo apresentado descaracteriza o teor do projeto, já que propõe, diferente-

mente do texto original, que apenas as empresas ainda não privatizadas sejam obrigadas a adotar o regime de capital aberto.

— Todas as razões por mim colocadas em defesa do projeto tornam-se inócuas se o substitutivo for adotado. O que eu pretendo é reverter parte dos danos provocados pelas estatizações já realizadas, que acabaram transferindo recursos públicos para setores privados. Hoje o que se tem, inclusive, em várias áreas, como a de telecomunicações, é um cartel de empresas privadas que acabam monopolizando o setor e praticando tarifas elevadas e não



Para Osmar, substitutivo torna sua proposta inócua

adequadas ao nosso consumidor — explicou Osmar.

O relator, Sérgio Guerra, esclareceu que concorda com a intenção do autor do projeto e que sua idéia, ao apresentar o substitutivo, foi tornar a proposição correta em termos jurídicos e constitucionais. Segundo Guerra, as consultas jurídicas que realizou indicaram que um projeto que tentasse reverter as regras das privatizações já realizadas pecaria pela inconstitucionalidade.

Ideli espera investigação nos EUA para pedir CPI

Embora já tenha reunido assinaturas suficientes para respaldar pedido de instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI), a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou em Plenário ontem a decisão de aguardar o resultado da investigação do Ministério Público Federal nos Estados Unidos sobre a remessa ilegal de dólares para o exterior para, então, apre-



Ideli já obteve assinaturas para CPI das remessas ilegais

sentar o requerimento no Senado.

Com exceção da bancada do PFL, 34 senadores dos demais partidos referendaram, segundo informou, a proposta de uma CPI para apurar a evasão de divisas via contas CC-5 operadas na agência do Banestado (Banco do Estado do Paraná) em Nova York. "Apesar de o pedido de

CAE deve ouvir secretário sobre incentivo à aqüicultura

O exame do projeto sobre a adoção de tarifas especiais de eletrificação rural para estimular a aqüicultura foi adiado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os senadores pediram vista da matéria, que recebeu relatório favorável do



Jonas Pinheiro deu parecer favorável à proposta de Luiz Pontes

senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que serão discutidas e votadas, na reunião da próxima semana, as duas proposições apresentadas ontem. A primeira delas, encaminhada pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), recomendou audiência pública com o secretário especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch.

Mercadante ponderou que, apesar da importância da criação de peixes e de camarões em cativeiro para a geração de emprego, renda e divisas para o país, o projeto do senador licenciado Luiz Pontes (PSDB-CE) fere a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) porque não dimensiona o impacto orçamentá-

Célio Azeredo

rio da medida. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu a segunda providência: ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para verificar se a proposta apresenta problemas de constitucionalidade.

As duas proposições receberam apoio dos integrantes da comissão. Vários senadores do Nordeste, entre eles Tasso Jereissati (PSDB-CE), Patrícia Saboya (PPS-CE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), salientaram a importância do setor para a região e a sua preocupação em estimular a aqüicultura.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou a necessidade de incentivar os criatórios como alternativa econômica nos grandes lagos formados pelas barragens das usinas hidrelétricas. Já o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) propôs que a CAE ouça também a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre a crise dos pescadores nordestinos das áreas de mangue.

Demostenes: Araguaia é exemplo de descaso com recursos hídricos

Ao registrar o encerramento, no domingo, do terceiro Fórum Mundial da Água, em Quioto, no Japão, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) utilizou o exemplo do Rio Araguaia para lamentar o descaso governamental com a questão hídrica nacional.



Demostenes Torres diz que Rio Araguaia sofre degradação sistemática

De acordo com o senador, o Rio Araguaia, que possui 2,1 mil quilômetros de extensão e banha os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, vem sofrendo degradação sistemática. Em 1997, então procurador-geral de Justiça do estado de Goiás, Demostenes promoveu uma campanha em defesa das nascentes do Araguaia, com o apoio da Rede Globo.

Ele contou que, na época, levou o ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krause, para conhecer o problema. De acordo com Demostenes, o ministro ficou impressionado com a gravidade das erosões e

Roosevelt Pinheiro

liberou recursos para que a questão fosse estudada.

Apesar da importância dos estudos preliminares, o problema não foi resolvido. Por esse motivo, Demostenes anunciou que apresentará à Comissão de Assuntos Sociais um requerimento para que o Senado obtenha um diagnóstico preciso do Araguaia. Mas, segundo ele, os problemas do rio não se resumem às erosões na região das nascentes. O senador citou ainda a pesca predatória, a contaminação causada pelo lixo, o lançamento de esgoto líquido e o desmatamento da cobertura vegetal nas margens.

Em aparte, o senador João Ribeiro (PFL-TO) reforçou a importância do Rio Araguaia para o país. Já o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu ao governo federal que libere recursos para os comitês de bacia, criados para estabelecer políticas locais de gestão da água.

CONORF
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Fixar despesas e estimar receitas, a primeira missão

Todo mês de agosto, o Orçamento Geral da União é enviado ao Congresso Nacional, que tem a atribuição de analisá-lo e votá-lo

Uma das principais atribuições do Congresso Nacional é a análise e a votação do Orçamento Geral da União (OGU). A Secretaria de Orçamento Federal (SOF), vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), elabora a proposta que é encaminhada ao Legislativo no mês de agosto de cada exercício.

Antes, são definidos e aprovados os parâmetros para a montagem do OGU. A equipe técnica do governo traça o cenário macroeconômico e os critérios que devem nortear a construção da proposta orçamentária para o ano seguinte. Isso é apresentado pelo Executivo no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), remetido em abril para exame e aprovação pelo Congresso.

O orçamento público fixa todas as despesas do governo e estima todas as receitas para um determinado exercício. As receitas incluem tanto a arrecadação de impostos e contribuições quanto as provenientes de empréstimos captados do setor privado (dívida pública) e aquelas que as instituições oficiais conseguem gerar, consideradas recursos próprios (taxas,

	R\$ bilhões
1. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.036,0
2. Refinanciamento da Dívida	522,0
3. (1-2) = Orçamento Efetivo	514,0
4. Orçamento Fiscal	314,4
5. Orçamento da Seguridade Social	199,5
<hr/>	
Orçamento Fiscal	314,4
(-) Juros e Encargos da Dívida Pública	93,6
(-) Transferências para Estados e Municípios	54,3
= Subtotal	166,5

aluguéis, venda de estoques de alimentos etc.).

O OGU é formado por três partes: o Orçamento Fiscal, o orçamento da Seguridade Social e o de investimentos das empresas estatais federais. Este último inclui apenas as companhias onde a União detém direta ou indiretamente a maioria do capital social com direito a voto. São consideradas como investimento as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à compra de bens para arrendamento mercantil.

O Orçamento da Seguridade

Social, criado pela Constituição de 1988, abrange todas as ações relativas à saúde, previdência e assistência social, enquanto o Orçamento Fiscal trata de todas as outras ações do governo, como as relativas à agricultura, transporte, energia, meio ambiente, dívida pública e outras. As ações da Seguridade Social estão contidas em diversos órgãos ou ministérios. Isso não impede que alguns deles sejam dotados com ações exclusivamente da seguridade social, como o da Saúde e o da Previdência e Social.

Dívida pública agora é explicitada

O registro das operações de dívida pública no OGU foi um importante avanço no processo orçamentário, a partir de 1986. Com isso, foi possível identificar, com maior clareza, o quanto o governo precisava tomar emprestado no mercado para fechar as suas contas ao longo do exercício. Esses empréstimos são obtidos junto a instituições financeiras por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional.

A busca por maior transparência suscitou debates técnicos que culminaram com a determinação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de que fosse explicitado o valor da dívida pública a ser refinanciada em cada exercício. Isso facilitou o entendi-

mento sobre a diferença entre as despesas com amortização e rolagem da dívida pública e os demais gastos orçamentários.

Dessa forma, na Lei Orçamentária para 2003, o total de despesas orçadas equivale a R\$ 1,036 trilhão, dos quais R\$ 522 milhões são destinados ao refinanciamento da dívida pública.

Essas despesas distorcem o verdadeiro valor destinado a gastos típicos de orçamento público. A dotação global é sempre muito mais elevada. Em 2003, por exemplo, apenas R\$ 314,4 bilhões configuram o Orçamento Fiscal. Mesmo assim, uma boa parte disso – R\$ 93,6 bilhões – foi orçada para pagar juros e encargos da dívida pública. Da parcela restante, de R\$

220,8 bilhões, o governo central ainda transfere R\$ 54,3 bilhões para os Estados e os Municípios. Portanto, o verdadeiro orçamento fiscal da União restringe-se a R\$ 166,5 bilhões, este ano.

Os recursos do Orçamento da Seguridade Social, por sua vez, também têm sido inferiores aos valores reservados ao pagamento de dívida. Em 2003, foram orçados R\$ 199,5 bilhões para toda a área de seguridade, incluindo os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, de R\$ 97,8 bilhões. O valor global do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social não inclui o Orçamento de Investimento das Estatais Federais, que foi de R\$ 23,897 bilhões este ano, embora este último também integre o OGU.

Ao Leitor

Orçamento da União ao alcance de todos

Um país pode ser reconhecido, perante a comunidade das Nações, pela maneira como arrecada os seus tributos e como os devolve à população na forma de serviços públicos. Se um país arrecada mal e aplica o que foi recolhido em serviços de má qualidade, temos, diante de nós, um país atrasado.

Ao contrário, aquele que arrecada com eficácia, investindo seus recursos na forma de serviços de boa qualidade, acessíveis, principalmente, aos segmentos mais carentes da população, está proporcionando o desenvolvimento social do seu povo.

Por outro lado, se as peças orçamentárias são mal elaboradas e mal conduzidas, os prejuízos são debitados na conta da sociedade. Daí porque é recomendável disseminar o conhecimento específico sobre os orçamentos e todo o processo de planejamento e execução dos gastos públicos, para criarmos uma sociedade cada vez mais participativa.

Foi com esse propósito que o presidente José Sarney determi-

nou ao Jornal do Senado abrir suas páginas para discutir, didaticamente, o processo de elaboração orçamentária, de modo a torná-lo mais compreensível ao nosso público leitor.

Cumprindo tal determinação, estamos apresentando aos nossos leitores uma seção mensal destinada à questão orçamentária, de modo a torná-la mais compreensível ao grande público.

Com uma preocupação didática, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, responsável por esse espaço, vai abordar temas relevantes ligados não somente ao Orçamento da União, como também à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Também serão considerados aspectos importantes ligados aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e às auditorias promovidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no que diz respeito à execução orçamentária.



José Sarney

Imagem de Arquivo



- ✓ O planejamento orçamentário inicia-se com o Plano Plurianual, que é instituído por lei para um período de quatro anos. O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para os seguintes dispêndios: despesas de capital (incluem todos os investimentos públicos federais com prazo acima de um ano), outros gastos delas decorrentes e as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- ✓ Pode-se definir como "programas de duração continuada" aqueles representados por despesas correntes voltadas para atividades finalísticas, tais como fiscalização sanitária, aquisição de medicamentos, manutenção de creches etc. Há controvérsias quanto a essa conceituação.
- ✓ O mecanismo usado para limitar a execução do orçamento é o chamado "decreto de contingenciamento", expedido conjuntamente pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sem poder ser alterado pelo Congresso Nacional.
- ✓ A chamada "regra de ouro" das finanças públicas (artigo 167, III, da Constituição federal) proíbe que a União se endivida em valor superior aos seus gastos de capital (investimentos e amortização da dívida).
- ✓ Cada parlamentar do Congresso Nacional tem opção de apresentar até 20 emendas individuais ao Orçamento da União. No seu conjunto, elas não poderão exceder o limite de R\$ 2 milhões.

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

INDICADORES ECONÔMICOS E FISCAIS SELECIONADOS							
	2001	2002	2003			2004	
	Realizado	Realizado	Lei Orçamentária	Decreto ⁽¹⁾ 4591/2003	Mercado ⁽²⁾	Metas ⁽³⁾	Mercado ⁽²⁾
CRESCIMENTO REAL (PIB)							
Em % aa	1,51%	1,60%	3,00%	2,80%	1,98%	4,00%	3,00%
INFLAÇÃO							
Índice médio IGP-DI - % aa	10,37%	13,51%	7,39%	24,82%	-----	-----	-----
Índice ponta IGP-DI - % aa	10,40%	26,41%	6,00%	12,00%	14,86%	3,00%	8,50%
Índice médio IPCA % aa	6,84%	8,39%	8,48%	13,22%	-----	-----	-----
Índice ponta IPCA % aa	7,67%	12,53%	4,00%	8,50%	12,19%	-----	8,00%
CÂMBIO FINAL DE PERÍODO							
R\$/US\$-dez	2,35	3,53	2,90	3,23	3,60	2,45	3,79
TAXA DE JUROS NOMINAL⁴							
Em % aa (3)	17,32%	19,11%	16,26%	22,17%	22,00%	11,30%	18,00%
AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO							
Em %	19,21%	11,11%	20,00%	16,60%	----	----	----
VALOR DE SALÁRIO MÍNIMO							
Em R\$ 1,00	180,00	200,00	240,00	234,00	----	----	----
AUMENTO GERAL DO SALÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL							
Em %	----	3,17 a 3,5%	4,00%	----	----	----	----
RESULTADO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO							
% do PIB	-3,60%	-4,61%	-3,20%	----	----	----	-3,00%
RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO (% do PIB)							
Total	3,68%	3,91%	3,75%	4,25%	4,25%	2,25%	4,00%
- União (Governo Central)	1,86%	2,39%	2,25%	2,45%	----	----	----
- Estatais ⁵	0,64%	0,47%	0,55%	0,70%	----	----	----
- Estados e Municípios	1,18%	1,05%	0,95%	1,10%	----	----	----
DÍVIDAS LÍQUIDAS DO SETOR PÚBLICO							
% do PIB	52,60%	55,89%	58,50%	----	56,00%	----	55,00%
DÍVIDA BRUTA PÚBLICA FEDERAL							
Em bilhões de reais	905,30	958,70	1.112,80	----	----	----	----
- Interna	736,00	738,20	884,00	----	----	----	----
- Cambial ⁶	178,59	230,57	149,03	----	----	----	----
- Outras	----	----	----	----	----	----	----
- Externa	169,30	220,50	228,80	----	----	----	----

(1) Decreto de contingenciamento de 2003 (2) Relatório de Mercado de 21/02, Focus, Banco Central (3) Meta Indicativa da LDO para 2003
(4) "over" SEUC, acumulado em 12 meses (5) da União, Estados, Municípios e DF (6) Para 2003, corresponde estoque de NTN-D, nos demais anos inclui "swaps" cambiais.

RESULTADOS DO GOVERNO FEDERAL						
PRINCIPAIS ITENS	2001 Realizado		2002 Realizado		2003	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	Lei Orçamentária R\$ bilhões	% PIB
A- RESULTADO PRIMÁRIO (1)						
1. Receitas Primárias	272,6	23,0%	310,9	23,7%	352,1	23,5%
2. Transf. Constitucionais a Estados e Municípios	43,2	3,6%	49,8	3,8%	54,3	3,6%
3. Receita Líquida de Transferências Constitucionais (1-2)	229,4	19,4%	261,1	19,9%	297,8	19,9%
4. Despesas Primárias	207,4	17,5%	230,4	17,6%	263,9	17,8%
- Pessoal	64,9	5,5%	75,0	5,5%	77,0	5,1%
- Investimentos	14,6	1,2%	10,1	0,7%	14,2	0,9%
- Demais	127,9	10,8%	145,3	10,7%	172,7	11,5%
5. Resultado Primário (3-4)	22,0	1,8%	30,7	2,4%	33,9	2,3%
B- JUROS LÍQUIDOS² (1-2)						
1. Receita	5,5	0,5%	13,4	1,0%	26,1	1,7%
2. Despesas de juros ³	52,8	4,4%	55,3	4,1%	93,6	6,2%
C- RESULTADO NOMINAL						
	-25,3	2,1%	-11,2	0,8%	-33,6	2,2%
D- RESULTADO DA PREVIDÊNCIA						
1. Contribuição de Empregadores e Trabalhadores à Seguridade Social	62,7	5,3%	70,5	5,5%	78,6	5,24%
2. Benefícios do RGPS	76,3	6,4%	87,7	6,8%	97,9	6,52%
3. Resultado do RGPS (1-2)	-13,6	-1,1%	-17,2	-1,3%	-19,3	-1,28%
E- RESULTADO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO						
1. Contribuição dos Servidores	4,5	0,0%	5,4	0,4%	5,8	0,30%
2. Despesas com Inativos, Pensionistas e Segurados ⁴	30,8	2,6%	34,9	2,5%	33,9	1,75%
3. Resultado da Previdência Pública (1-2)	-26,3	-2,3%	-29,5	-2,1%	-28,1	1,45%

(1) Inclui resultados do RGPS e da Previdência do Setor público
(3) Conceito orçamentário

(2) Decreto de Contingenciamento de 2003
(4) Para o Decreto, dados estimados

O papel dos indicadores na análise orçamentária

O cenário macroeconômico serve de base para a montagem do Orçamento público. As variáveis que compõem esse cenário, tais como crescimento do PIB, inflação, taxa de juros e câmbio, formam o que se chama de "grade" de parâmetros orçamentários. Além disso, os resultados obtidos pelo governo federal são utilizados para medir o desempenho de sua gestão financeira.

A análise dos indicadores econômicos e fiscais selecionados permite comparar essas variáveis com as previsões contidas no Orçamento. Com isso, é possível avaliar o impacto dos índices ocorridos sobre as receitas e as despesas orçadas e identificar os ajustes necessários para o cumprimento das metas fiscais explicitadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). A primeira tabela, ao lado, fornece

as informações que possibilitam essa análise.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que a grade de parâmetros conste da mensagem presidencial que encaminha ao Congresso o projeto orçamentário.

O acompanhamento do resultado primário (diferença entre receitas e despesas, exceto juros e encargos nominais da dívida pública) é também uma exigência da LRF. Esse resultado configura as metas fiscais da LDO e está presente em alguns acordos internacionais, como o firmado com o Fundo Monetário Internacional.

Os debates sobre a reforma da Previdência motivaram o detalhamento do resultado primário, separando os valores da Previdência Social dos da Previdência do setor público. A segunda tabela demonstra esses resultados.

Rigor contra obras irregulares

A Comissão Temporária das Obras Inacabadas significou um avanço importante para o Congresso Nacional coibir a má aplicação dos recursos públicos. Criada em 1995, a comissão, presidida pelo então senador Carlos Wilson, autor do requerimento que a instituiu, levou sete meses para traçar um diagnóstico detalhado sobre as obras paralisadas. Ao final, a comissão recomendou que o Tribunal de Contas da União (TCU) investigasse as causas e as responsabilidades pelas paralisações.

O Congresso aperfeiçoou o acompanhamento específico dos recursos destinados às obras federais. Os indícios de irregularidades apontados nas auditorias do TCU direcionam a atenção dos parlamentares, no sentido de prevenir a ocorrência de obras inacabadas. Compete ao TCU auxiliar o Legislativo no exercício do controle externo.

É importante lembrar que a irregularidade não está na obra em si, no seu planejamento ou na sua execução, cabendo ao poder público evitar quaisquer contradições relacionadas aos contratos.

O caráter preventivo da atuação do Congresso manifesta-se no encaminhamento dos recursos federais, após receber, do TCU, a comunicação da

existência de indícios de irregularidades graves nas execuções dos contratos e convênios firmados.

O TCU aprova, no início de cada ano, o seu programa de auditorias, com critérios de seleção definidos pela própria corte. Essas auditorias são realizadas ao longo do primeiro semestre e os resultados, levados ao conhecimento da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O parecer da CMO, pelo trancamento ou não dos recursos federais, é votado pelo Plenário do Congresso.

Dessa maneira, quando o Congresso aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano subsequente, contendo critérios sobre a seleção das obras, a maior parte das auditorias já foi concluída.

Em 2002, além de relatar o resultado de cada auditoria, por meio de avisos individuais, a CMO tomou conhecimento desses resultados, de forma agrupada, em três momentos. O primeiro, por ocasião do recebimento do projeto de lei orçamentária para 2003, em agosto do ano passado. Em setembro, o TCU enviou relatório de todas as auditorias realizadas. Em novembro, o Congresso Nacional recebeu novo relatório do tribunal, com o rol atualizado das obras com indícios de irregularidades graves.

CONORF
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Governo executa 56% dos investimentos autorizados

O Orçamento da União tem, entre suas funções, o papel de reduzir os desequilíbrios regionais. Por essa razão, torna-se importante o acompanhamento das despesas com investimentos (obras, equipamentos, instalações, etc.) do governo federal nos estados.

A Lei Orçamentária de 2002 autorizou investimentos de R\$ 18,1 bilhões. No entanto, o governo reprou boa parte dessas despesas, liberando apenas R\$ 10,1 bilhões, o que representa 55,7% do total. (Ver tabela.)

A Região Sudeste obteve a melhor execução financeira, na comparação com os valores orçados (57% do total). As outras regiões tiveram execução variando entre 48,5% a 52%.

A chamada dotação nacional, cuja distribuição entre estados e municípios fica a critério somente do Poder Executivo, obteve a maior execução financeira, alcançando 62% do orçado.

As emendas parlamentares aprovadas no projeto de lei do Orçamento de 2002 totalizaram R\$ 7,6 bilhões para investimentos. Na sistemática atual de acompanhamento da execução do Orçamento da União, o Congresso Nacional não tem tido acesso aos números que demonstram a liberação efetiva dessas emendas. Essa questão vem sendo debatida pelos parlamentares, com o intuito de obter maior transparência no processo orçamentário.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR REGIÃO/UF DESPESA DE INVESTIMENTOS (GND: 4) EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002				
Orçamento Fiscal e da Seguridade (Em milhões de reais)				
Região/UF (1)	Valor Aprovado pelas Emendas (A)	Lei + Créditos (Autorizado) (B)	Empenhos Liquidados (C)	% (C/B)
CENTRO-OESTE	738,8	1.384,3	688,4	49,7
CO (2)	10,42	42,06	31,06	73,9
DF	180,75	311,44	142,57	45,8
GO	216,19	451,24	226,35	50,2
MS	143,37	269,90	127,16	47,1
MT	188,09	309,66	161,26	52,1
NORDESTE	2.047,9	4.183,0	2.175,1	52,0
AL	194,31	326,38	169,51	51,9
BA	307,69	654,86	376,61	57,5
CE	241,86	641,45	411,00	64,1
MA	205,43	307,71	124,23	40,4
NE (2)	3,96	266,92	76,65	28,7
PB	258,91	373,96	158,49	42,4
PE	306,42	652,81	430,12	65,9
PI	209,87	415,73	211,42	50,9
RN	126,78	278,67	120,87	43,4
SE	192,67	264,53	96,22	36,4
NORTE	1.128,1	1.976,5	969,6	49,1
AC	120,57	235,93	119,08	50,5
AM	139,00	196,94	86,08	43,7
AP	86,33	153,49	47,05	30,7
NO (2)	65,82	179,45	94,79	52,8
PA	243,52	626,89	338,21	54,0
RO	149,71	180,78	86,78	48,0
RR	157,46	158,14	61,01	38,6
TO	165,72	244,88	136,56	55,8
SUDESTE	1.392,5	2.556,3	1.457,4	57,0
ES	135,95	219,77	110,63	50,3
MG	437,49	1.003,06	650,53	64,9
RJ	413,72	514,41	191,59	37,2
SD (2)	12,37	37,46	31,74	84,7
SP	392,97	780,58	472,95	60,6
SUL	722,2	1.121,1	543,8	48,5
PR	253,49	307,35	163,90	53,3
RS	238,13	425,61	230,40	54,1
SC	219,44	362,89	132,18	36,4
SL (2)	11,18	25,22	17,35	68,8
NACIONAL (3)	1.663,1	6.963,7	4.292,5	61,6
Total	7.692,67	18.183,86	10.126,83	55,7

(1) A classificação dos recursos por Região/UF baseia-se nas ações cuja a localidade são nominalmente identificadas na Lei Orçamentária
(2) Recursos identificados nominalmente para a região
(3) Dotação genérica

Fonte: SIAFIPRODASEN

Mozarildo defende PEC sobre reservas e parques

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu ontem a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que limita em 30% a extensão da área dos estados que a União pode confiscar para a criação de parques ecológicos, reservas indígenas, áreas de segurança ou qualquer outra finalidade. O relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Amir Lando (PMDB-RO), ampliou a área utilizável pela União para 50%, o que conta com o apoio de Mozarildo.

O senador lembrou que, em toda a Amazônia, um proprietário de terras tem direito a desmatar apenas 20% de sua propriedade, como forma de preservar a floresta. Ele lamentou que, no fim do governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha criado o maior parque natural do mundo, o do Tumucumaque, no Amapá, sem que o Senado ou o governo do estado fossem ouvidos.

— É importante também que se saiba que a população indígena hoje representa apenas 0,2% dos



Mozarildo revelou que indígenas são 0,2% da população, mas detêm 11% do território nacional

brasileiros, mas as reservas indígenas ultrapassam 11% do território nacional — disse.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que, no último governo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) distribuiu mais de 90 mil pequenas propriedades de até 100 hectares em seu estado. “Antes, cada proprietário podia desmatar até 50% de suas terras, mas hoje o limite é de 20%”, lamentou Raupp, ex-governador de Rondônia.

Jucá diz que ação do TCU é inestimável para Legislativo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou as atividades referentes ao quarto trimestre de 2002 do Tribunal de Contas da União (TCU), quando foram iniciadas 170 fiscalizações, 14% a mais que as começadas no mesmo período do ano anterior. Dessas, citou o parlamentar, 23% são originárias do Congresso Nacional:

— Além do atendimento às solicitações do Legislativo federal, especialmente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, o tribunal atendeu às requisições formuladas pelo Tribunal Superior do Trabalho, assim como às formuladas pelos tribunais regionais do trabalho, e promoveu múltiplas tomadas de conta especiais — disse o senador.

Romero Jucá afirmou ainda que, somente no último trimestre de 2002, o TCU promoveu 695 citações de responsáveis pelo dinheiro público, além de ter efetivado 1.671 notificações por inatidão das contas. O senador



Jucá: em um trimestre, TCU condenou 416 pessoas a devolver R\$ 370 milhões aos cofres públicos

completou ainda que, das citações julgadas irregulares, 416 responsáveis foram condenados e sentenciados ao pagamento de multas e ressarcimento de débitos no montante de R\$ 370 milhões.

Por esses e tantos outros resultados, Jucá concluiu dizendo que o TCU é um órgão de “inestimável apoio ao Poder Legislativo”, pois auxilia no controle externo dos procedimentos responsáveis pela gestão de dinheiro, bens e valores públicos.

Medidas para democratizar informações

Fruto de um esforço conjunto da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf), do *Journal do Senado* e da Agência Senado, os textos e os quadros financeiros deste informativo mensal abordam desde conceitos importantes da prática orçamentária, números da receita e da despesa pública, até a sistemática de funcionamento dos programas do governo federal, auxiliando os estados e os muni-



José Rui Gonçalves

cípios na elaboração de seus pleitos e projetos.

“Os leitores perceberão, ao longo das exposições e dos quadros, tratar-se de uma abordagem que pretende ser ágil, sem perder o conteúdo relevante, ratificando, portanto, o espírito didático que deve orientar a publicação”, explica o consultor-geral de Orçamento do Senado, José Rui Gonçalves Rosa.

O informativo pretende esclare-

cer temas importantes que fogem ao conhecimento do cidadão comum. Somam-se a ele outros mecanismos de informação veiculados pelo Senado Federal na Internet, a exemplo da página do Orçamento da União. “Essa parceria inovadora entre as áreas técnica e jornalística, com o propósito de democratizar o acesso às informações orçamentárias, resulta do firme apoio do presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, e da estratégia modernizadora da administração da Casa”, disse o consultor-geral.

Esporte pode ser instrumento de inclusão social

Agnelo Queiroz anuncia em audiência pública que, mediante parceria com Forças Armadas e organizações civis, governo dará prioridade à prática do desporto por crianças e adolescentes para mantê-los longe da criminalidade

O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, anunciou ontem, durante audiência pública na Comissão de Educação (CE), que o governo dará prioridade ao desenvolvimento do desporto como instrumento de inclusão social. Para isso, afirmou que o ministério está buscando parcerias com as Forças Armadas e organizações da sociedade civil de modo a utilizar a infra-estrutura existente para que crianças e jovens possam praticar esportes e, assim, manter-se ocupados e longe da criminalidade.



Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, afirmou à Comissão de Educação que deve ser oferecida ocupação saudável às crianças e jovens

— Temos que tratar as crianças como prioridade, oferecendo a elas uma ocupação saudável pelo

esporte, importante também para o seu desenvolvimento intelectual e humano — observou.

Maior organização do futebol deve garantir Copa no Brasil

Respondendo a pergunta do senador Eurípedes Camargo (PT-DF), o ministro Agnelo Queiroz afirmou que a garantia de maior organização e segurança para o futebol contribuirá para o desenvolvimento do Brasil, uma vez que o futebol é “um grande embaixador do país no exterior”.

Ele observou que, junto com esse esporte, o Brasil pode vender seus outros produtos, assim como a imagem do país. Maior or-



Eurípedes Camargo

ganização pode, inclusive, trazer uma Copa do Mundo para o Brasil, acrescentou.

— Atrair grandes jogadores, ter um torneio bem organizado como os europeus têm, nós podemos fazer isso. Só temos que nos organi-

zar para que essa riqueza extraordinária fique no nosso país — afirmou.

Na opinião de Agnelo, para o futebol tornar-se um grande instrumento para a economia brasileira, novas leis devem garantir estádios com mais segurança.

Programas para a terceira idade serão ampliados

O ministro Agnelo Queiroz, questionado pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) e pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), afirmou que o ministério pretende ampliar seus programas para a terceira idade.

Acrescentou que os programas existentes de esportes para idosos, apesar de muito interessantes, ainda são muito poucos. “É preciso haver políticas públicas ofensivas nessa área para o Brasil, até porque em 2025 teremos a quarta população de idosos do mundo”, afirmou.

Em resposta ao senador Demostenes Torres (PFL-GO), explicou que o ministério propôs ao Congresso um projeto lei regulamentando de maneira rigorosa o



Iris de Araújo



Leomar Quintanilha

funcionamento dos bingos, para que recursos desses estabelecimentos sejam destinados ao esporte. Hoje, há mais de mil bingos funcionando no país. “Temos que regulamentar para decidir se quem vai lucrar com esses jogos será o Estado ou os criminosos”, asseverou o senador Demostenes Torres.

A Comissão de Educação deve examinar hoje, a partir das 10h, em reunião extraordinária, o Estatuto de Defesa do Torcedor.



Leonel Pavan

Escolas terão mais quadras para a prática desportiva

Os senadores da Comissão de Educação pediram ao ministro Agnelo Queiroz mais investimentos em esporte com vistas ao combate à violência. Para o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), não se pode tratar a questão da criminalidade sem incluir o esporte na atividade escolar.

Agnelo revelou que o ministério está buscando a ampliação progressiva do programa, por meio das escolas que já têm quadras esportivas, e, no futuro, mediante construção de espaços para esportes naquelas que não os possuem.

Ideli: ministro demonstrou ser bem articulado

Em sua intervenção durante a audiência pública, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que Agnelo Queiroz “vai precisar fazer muita ginástica para implementar as políticas de seu ministério, mas já deu demonstração de ser um bom atleta e muito bem articulado”.

A senadora elogiou o esforço do ministério no sentido de utilizar, nos programas que pretende desenvolver para jovens e adolescentes, a infra-estrutura de esportes já existente, como a das Forças Armadas.

Ministério dispõe de R\$ 35 mi para o atendimento a escolas

Atendendo a indagação do senador Flávio Arns (PT-PR), Agnelo Queiroz disse que o Ministério do Esporte dispõe de R\$ 35 milhões para atividades de inclusão social e de esporte escolar. Para tentar manter o nível de investimentos, ele afirmou estar promovendo um grande corte nos recursos da manutenção do ministério.

Flávio Arns também cobrou do ministro uma política nacional



Flávio Arns

para o desporto dos deficientes físicos. Ele afirmou que a sétima edição dos Jogos da Juventude, a ser realizada neste ano, não prevê a participação de portadores de deficiência.

O ministro esclareceu que está discutindo com o Comitê Paraolímpico Brasileiro a realização conjunta dos jogos a partir do próximo ano, pois a utilização da infra-estrutura fica mais barata.



Gerson Camata



Eduardo Azeredo



Hélio Costa

Falta de segurança para o torcedor preocupa Camata

A questão da segurança nos estádios preocupa o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que lembrou, durante a audiência pública com o ministro do Esporte, ser importante que os torcedores voltem a frequentar os estádios. “A coisa mais triste é ver um jogo em estádio transformado em espetáculo para ser transmitido só pela televisão”, afirmou.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por sua vez, questionou o ministro do Esporte sobre os recursos destinados a incenti-

var os esportes olímpicos. O ministro disse que a lei atualmente determina financiamento de R\$ 50 milhões por ano para o esporte olímpico.

Em resposta ao senador Hélio Costa (PMDB-MG), vice-presidente da comissão, Agnelo Queiroz explicou que há intenção de se criar uma lei específica para os esportes, em vez de simplesmente incluir os esportes na política de incentivo promovida pela Lei Rouanet, exclusiva para a área cultural.

Proposta aprovada amplia financiamento da educação

Segue para exame da Câmara projeto de emenda constitucional determinando que salário-educação financie ensino infantil

Após muito debate em Plenário, foi aprovada ontem em segundo turno a proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina que o salário-educação deverá também financiar a educação infantil. Atualmente, esse tributo, cobrado das empresas desde 1964, destina-se a financiar apenas o ensino fundamental. A PEC, de autoria do ex-senador Ricardo Santos, foi aprovada pelos 68 senadores presentes.

Na justificativa da proposta, o autor argumenta que, enquanto o ensino fundamental tem matriculadas 98,9% das crianças entre 7 e 14 anos, a educação infantil pública atende a apenas 23,1% das crianças na faixa etária que vai de zero a 6 anos. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou que a proposta não trará



Para o relator Osmar Dias, proposta não trará prejuízo ao ensino fundamental

prejuízo ao ensino fundamental e, embora seja insuficiente "para suprir a educação infantil dos recursos técnicos, pedagógicos e administrativos necessários a seu adequado funcionamento", consistirá em "importante apoio para o aperfeiçoamento dos serviços educacionais oferecidos às crianças de zero a 6 anos de idade".

O líder do PT, Tião Viana (AC), apresentou requerimento pedindo o adiamento da votação da

matéria para a próxima semana, a pedido do Ministério da Educação. O argumento, endossado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), era de que também a educação de nível médio deveria ser contemplada com recursos do salário-educação.

José Jorge (PFL-PE) manifestou-se a favor do adiamento, mas Romero Jucá (PSDB-RR) e José Agripino (PFL-RN) discordaram porque a PEC estava sendo votada em segundo turno, o que impedia a apresentação de emendas para contemplar o ensino médio. Tião Viana acabou por retirar o requerimento, salientando que o governo apresentará emendas na Câmara dos Deputados, onde a proposta ainda tramitará.

Aelton Freitas (PL-MG) manifestou-se pela aprovação da matéria, uma reivindicação dos prefeitos dos municípios mineiros na sua região. Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou a posição de seu partido, favorável à aprovação, enquanto Osmar Dias agradeceu a Tião Viana a retirada do requerimento.

Comissão acolhe relatório do TCU sobre crise de energia

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem relatório de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no setor elétrico brasileiro. A auditoria teve o objetivo de identificar as causas de crise de abastecimento no setor elétrico verificada em 2001, bem como as possíveis soluções para o setor. A matéria havia recebido parecer favorável do relator, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

O documento abrange análises das medidas tomadas pelo Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, por ocasião da crise do setor elétrico, que provocou o chamado "apagão".

Teotônio Vilela Filho informa em seu relatório que a auditoria do TCU procurou responder a questões como os fatores que contribuíram para a crise ener-

gética; de que maneira o modelo de reestruturação do setor elétrico contribuiu para a eclosão da crise; em que medida a seca contribuiu para a crise de abastecimento; e quais são os possíveis cenários para o fornecimento de energia elétrica a médio e longo prazos.

O relatório do TCU conclui que "no decorrer dos trabalhos de auditoria verificou-se que a controvérsia ainda não adquiriu a nitidez necessária à intervenção dos órgãos de controle".

O presidente da CI, senador José Jorge (PFL-PE), esclareceu que o relatório do TCU será arquivado, ficando à disposição de qualquer parlamentar que quiser usá-lo.

Ainda na reunião da CI de ontem, foi pedida vista coletiva para a proposta do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal, bem como para a do deputado



Teotônio Vilela Filho disse que auditoria procurou esclarecer causas da crise no setor elétrico

Márcio Fortes que dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão no país em datas determinadas e nas regiões específicas.

O projeto que dá prioridade à concessão de canais de emissoras de radiodifusão às entidades educacionais, de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), e o que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Espírito Santo, de Gerson Camata (PMDB-ES), foram transferidos para a pauta da próxima reunião.

Parlamentares gregos reforçam laços com Brasil

Uma delegação integrada por quatro deputados do Grupo Parlamentar Grécia-Brasil estará em Brasília entre os dias 4 e 9 de abril para reforçar o comércio bilateral dos dois países. Criado em 2001, o grupo parlamentar tem como principal objetivo estreitar o relacionamento cultural e econômico entre a Grécia e o Brasil. No ano passado, quatro parlamentares brasileiros estiveram na Grécia para uma primeira visita de cooperação.

Segundo o presidente do grupo parlamentar, Ney Suassuna (PMDB-PB), o intercâmbio entre os dois países torna-se ainda mais importante para o Brasil pelo fato de a Grécia ocupar, durante o biênio 2003/2004, a presidência do Parlamento da Comunidade Européia. Suassuna disse que os deputados gregos já têm agendadas



Ney Suassuna informa que gregos terão encontro com José Sarney e João Paulo Cunha

visitas aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha.

Pelo lado brasileiro, o grupo é integrado por 14 senadores e três deputados federais. Na noite de hoje, eles se reúnem para participar de jantar oferecido pelo embaixador da Grécia no Brasil, Stratos Doukas.

Mudança em concessões de rádio e TV

O Plenário do Senado aprovou ontem o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que declara a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do exame, em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE), das mensagens relativas à outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Assim, a decisão da CE valerá para o Senado como um todo.

Os senadores que não são membros da CE somente terão direito a voto caso seja apresentado requerimento assinado por pelo menos nove senadores solicitando a

apreciação da matéria em Plenário, conforme disposto no parágrafo 4º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal. O parecer da CCJ ressalva que o exame pelo Plenário é obrigatório quando se tratar da não renovação da concessão ou permissão, o que dependerá da aprovação de no mínimo dois quintos de deputados e senadores, em votação nominal em cada Casa, como preceitua o parágrafo 2º do artigo 223 da Constituição federal.

O presidente do Senado, José Sarney, explicou que os senadores terão cinco dias para apresentar recurso pedindo a votação em Plenário desses projetos.

Tuma permanece na Corregedoria do Senado

O Plenário elegeu ontem o corregedor e os corregedores-substitutos do Senado. Por 66 votos a favor, uma abstenção e nenhum voto contra, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi mantido na Corregedoria da Casa.

A votação seguiu acordo de lideranças que resultou em chapa única. Foi eleito como 1º corregedor-substituto o senador Hélio Costa (PMDB-MG). O 2º e o 3º corregedores-substitutos serão os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). A eleição obedeceu ao previsto na Resolução nº 17, de 1993, do Senado Federal.



Romeu Tuma

Homenagens a Brasília e à CNBB

A hora do expediente da sessão do dia 22 de abril (terça-feira) será dedicada à comemoração do aniversário da capital federal. O requerimento solicitando a homenagem, apresentado por Paulo Octávio (PFL-DF) e Valmir Amaral (PMDB-DF), foi aprovado ontem pelo Plenário.

Também foi aprovado requerimento apresentado por Paulo Paim (PT-RS) solicitando que a hora do expediente da sessão do próximo dia 7 (segunda-feira)

seja destinada a homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela escolha dos idosos como tema da Campanha da Fraternidade.

Foi aprovado ainda projeto de lei da Câmara que denomina "Rodovia Ormeo Junqueira Botelho" trecho da rodovia BR-120, em Minas Gerais. A matéria teve parecer favorável da Comissão de Educação (CE), onde foi relatada pelo ex-senador Francelino Pereira.



Roosevelt Pinheiro

Paulo Octávio: membro do governo não pode dar declarações que estimulem invasões

Entrevista de ministro preocupa Paulo Octávio

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) manifestou preocupação com o teor da entrevista do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, à revista *Veja*, em que apóia as invasões de terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e “economiza palavras, demonstrando receio de contradizer ações lideradas no campo como forma de acelerar iniciativas governamentais”.

Ao anunciar que assinou requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) convocando o ministro a depor no Senado, Paulo Octávio observou que Rossetto, como integrante do governo, não pode fazer declarações que possam estimular processos de invasão e desordem:

— As palavras do ministro soam como um consentimento a iniciativas desse tipo, o que é condenável — afirmou.

Paulo Octávio ressaltou que o comparecimento do ministro ao Senado servirá para esclarecer como se comportarão os dirigentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), oriundos do MST, diante de uma invasão de terras ou do cumprimento de decisão judicial para retirada de integrantes do movimento. “Podem os produtores rurais encontrar imparcialidade?”, indagou.

Em aparte, o senador Demostenes Torres (PFL-TO) também se disse preocupado com as declarações de Rossetto, ressaltando que um ministro não pode pregar sublevação.

PRESÍDIOS

Paulo Octávio anunciou, ainda, a formação de uma frente parlamentar do Centro-Oeste, constituída de 12 senadores e 41 deputados para defender os interesses da região. A primeira questão a ser enfrentada, informou, diz respeito à instalação de presídios de segurança máxima na região, medida a que ele se opõe.

Combate à fome no país vai ter apoio de subcomissão do Senado

Criado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, colegiado vai analisar propostas que possam contribuir no esforço para prestar auxílio emergencial às populações carentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) criou, ontem, uma subcomissão destinada a estudar a melhor forma de se resolver o problema da fome no país. O novo colegiado vai encaminhar propostas que contribuam no esforço de prestar auxílio emergencial à população carente e, também, vai acompanhar a implementação de medidas no âmbito do programa Fome Zero.

A subcomissão, de caráter temporário, será composta por cinco membros — senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB), Osmar Dias (PDT-PR), Mão Santa (PMDB-PI) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) — e terá como primeira tarefa o estudo do Programa do Leite implementado no Rio Grande do Norte.

O Plenário também está discutindo assuntos relacionados ao

combate à pobreza. Trata-se de proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que inclui a alimentação entre os direitos sociais garantidos no artigo 6º da Constituição brasileira.



Célio Azevedo

Primeira tarefa do novo órgão da CAE será o estudo de programa de leite do Rio Grande do Norte

Garibaldi afirma que programa do leite não foi desvirtuado

O senador Garibaldi Alves Filho disse ontem na CAE, durante os debates sobre a criação da subcomissão que vai acompanhar o combate à fome, que o programa do leite de seu estado é bom exemplo de doação de alimentos à população carente que não foi desvirtuado. Pelo contrário, afirmou ele, o programa incrementou significativamente a produção e a indústria leiteira estadual.

Por sua vez, o senador Mão Santa manifestou seu apoio aos programas de concessão de cesta básica. Para ele, as experiências nesse sentido, especialmente aquelas que estavam sob a responsabilidade da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram capazes de acudir muitas pessoas com fome. Ele criticou a concessão de dinheiro em espécie, que, na sua opinião, facilita a corrupção.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a iniciativa do debate sobre um assunto que é prioridade no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — o combate à fome.

Ele concorda com a preferência pela concessão de uma remuneração em dinheiro aos carentes, mas advertiu para as dificuldades orçamentárias e para a forte desigualdade na distribuição de renda com que o país convive. “Será que essa seria a melhor opção para o Brasil?”, indagou.

DESVIOS

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) elogiou o programa do leite, lembrando que o Nordeste tem larga experiência em programas de cesta básica. Em sua visão, no entanto, são relevantes os números de casos de desvio das cestas básicas por meio de criação de cartéis de fornecedores dos produtos que integram a cesta.

Os senadores Osmar Dias e Eduardo Suplicy também ressaltaram as desvantagens da concessão da cesta básica. Para Osmar, o conceito de cesta básica precisa ser atualizado. Segundo Suplicy, os diversos casos de desvios de recursos e o superfaturamento dos produtos comprovam a ineficácia desse programa.

Lúcia Vânia aponta falta de formulação clara de proposta

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) recebeu, ontem, visita do secretário-executivo do programa Fome Zero, Flávio Borges Botelho Filho. Ao garantir o apoio crítico ao programa do governo, Lúcia Vânia afirmou que a principal dificuldade reside na falta de uma formulação clara do Fome Zero.

Segundo Flávio Botelho, este ano serão beneficiados pelo Fome Zero mil municípios cadastrados no programa Comunidade Ativa do então governo Fernando Henrique Cardoso, atingindo 3 milhões de famílias do semi-árido nordestino, já incluídas no cadastro único cri-

ado pelo antigo governo.

— Queremos melhorar o cadastro único, mas com certeza vamos continuar utilizando-o — garantiu o secretário-executivo, explicando que uma das experiências positivas em que o projeto se baseou foi o programa Renda Cidadã de Goiás.

Lúcia Vânia manifestou receio de que programas que, em sua avaliação, estão funcionando tão bem não continuem, mas o secretário-executivo garantiu que muitos deles, como o Agente Jovem e o Alfabetização Solidária, por exemplo, não devem ser interrompidos.

Comissões debatem hoje projeto com Graziano

A Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), debate hoje, a partir das 10h, o programa Fome Zero com o ministro de Segurança Alimentar, José Francisco Graziano da Silva.

Ele será questionado sobre as ações previstas, como a implementação do cartão-alimentação e a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Além disso, deve prestar esclarecimentos acerca de uma declaração sua sobre nordestinos, tida como preconceituosa.



Geraldo Magela

Renan presta tributo a ex-senador

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), lamentou ontem, da tribuna, o falecimento do professor, advogado e ex-senador Aurélio Vianna da Cunha, ocorrido na semana passada. Renan lembrou que Aurélio Vianna, nascido em Pilar (AL) em 1914, foi deputado estadual por Alagoas, deputado federal e senador da República, representando os estados de Alagoas e da Guanabara.

Renan Calheiros ressaltou a “veia democrática inesquecível” de Aurélio Vianna Cunha, lembrando que, em 1961, em sessão da Câmara dos Deputados, mostrou seu respeito às instituições e à democracia, defendendo a posse do vice-presidente João Goulart, na crise gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros. Aurélio Vianna integrou a Frente Parlamentar Nacionalista, pautando

sua atuação pela defesa da reforma agrária.

No Senado, Aurélio Vianna Cunha presidiu várias comissões, principalmente aquelas ligadas a assuntos internacionais. Também atuou em comissões extraordinárias, como a do Polígono das Secas. Foi líder do MDB no Senado, onde teve papel destacado na oposição à ditadura militar.

Renan homenageou o alagoano Aurélio Vianna da Cunha, falecido na semana passada

César Borges quer incentivos para o Nordeste

Programa Fome Zero revela preconceito contra a região, afirma o senador baiano, para quem os nordestinos não querem apenas comida, mas sim a possibilidade de emprego e de crescimento

Em vez do programa Fome Zero, o Nordeste precisa de um sistema de incentivos fiscais seletivos, voltado para o desenvolvimento de setores estratégicos e baseado na criação de pólos de excelência, na integração de cadeias produtivas e no apoio à pequena e média empresa. Essa foi a receita apresentada ontem pelo senador César Borges (PFL-BA), para desenvolver a Região Nordeste e diminuir as disparidades regionais do Brasil:

— A própria existência de um programa nas condições do Fome Zero revela preconceito contra a região. Se no governo passado não havia qualquer política de desenvolvimento regional estruturada, agora neste governo, quando se fala na pobreza nordestina, se apresenta o programa Fome Zero, que



César Borges defendeu a volta da Sudene, em novas bases: "Nordeste não precisa de esmola"

é mais um programa assistencialista, quando o Nordeste não quer apenas comida, quer a possibilidade de emprego, de crescimento — afirmou o senador.

Para ele, as políticas de geração de emprego devem ser colocadas

em prática imediatamente. Ex-governador da Bahia, César Borges também defendeu maior investimento em educação básica e profissional. Com trabalhadores mais bem capacitados, acredita o senador, mais e melhores investimentos poderão se transferir para o Nordeste.

A extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), segundo César Borges, foi tão danosa para a região quanto a pretensa corrupção que justificou o seu fechamento. Ele cobrou o cumprimento da promessa de recriação, em novas bases, da Sudene:

— Nós sabemos que os governos do Nordeste não precisam de esmola, mas sim de espaço de articulação, que deverá ser a própria Sudene — comentou.

Senadores reivindicam fim das desigualdades

Diversos senadores apoiaram o pronunciamento feito pelo senador César Borges (PFL-BA). Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou o tratamento que a região recebe da União para enfrentar os seus problemas, como, por exemplo, para a questão da seca.

Para o ex-governador e senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o nordestino não quer a humilhação da esmola, mas carece dos meios necessários para se desenvolver por meio do seu próprio esforço. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu uma política de incentivo fiscal que possibilite o desenvolvimento da região.

Outro ex-governador, José Agripino (PFL-RN) opinou que o governo federal daria grande demonstração de interesse pela causa social do Brasil se, paralelamente ao Fome Zero, anunciasse um programa de recuperação econômica do Nordeste. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que o presidente Lula tem repetido sua intenção de promover o interesse da região.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou mais importante uma melhor distribuição dos recursos arrecadados do que a aplicação de políticas compensatórias. Garibaldi Alves

Filho (PMDB-RN), que governou seu estado durante dois mandatos consecutivos, destacou que, além de comida, o Nordeste precisa ver imediatamente resolvido o seu problema de escassez de água.

Para Marco Maciel (PFL-PE), após ter alcançado importante crescimento social e econômico, o Brasil tem condições de resolver o problema das suas desigualdades regionais. Ex-governador de Sergipe, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concordou com a necessidade de uma política diferenciada de desenvolvimento para o Nordeste.

Eduardo anuncia liberação de verbas para a Norte-Sul

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou ontem em Plenário que o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, autorizou o gasto de verbas do Orçamento da União deste ano para continuação das obras da ferrovia Norte-Sul. "Hoje é um dia de festa para o Tocantins. Ainda não é a liberação do dinheiro, mas está autorizado o gasto", afirmou o senador.

A ferrovia, que terá 1.900 quilômetros ligando o porto de Itaquí

(MA) ao estado de Goiás, já opera em 220 quilômetros, 40 deles dentro do estado do Tocantins. Ele disse que o descontingenciamento das verbas orçamentárias para o Tocantins se deve à união das bancadas parlamentares de seu estado e do Maranhão:

— Todo ano nós nos reunimos e elegemos a ferrovia como prioridade no Orçamento federal para os dois estados. A sinalização dada pelo ministro dos Transportes, que autorizou o empenho das verbas para



Eduardo Siqueira Campos: dia de festa para o Tocantins

a ferrovia, mostra que o governo Lula vai continuar a obra — declarou.

Ele lamentou que a rodovia Belém-Brasília esteja numa situação tão crítica que "precise ser reconstruída" e pediu prioridade para a hidrovía do Tocantins, a qual permitirá a exportação da safra do Tocantins, de Goiás e do Maranhão.

Alberto Silva pede a Lula que refinaria seja no Piauí

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) apelou ontem ao presidente Lula da Silva para que escolha a cidade de Parnaíba, no litoral do estado, para a construção da nova refinaria da Petrobras, ajudando o Piauí a sair da posição de estado mais pobre do Nordeste.

"O programa Fome Zero não gera desenvolvimento", disse o senador, recorrendo aos seus conhecimentos e experiência como engenheiro para afirmar que o local reúne todas as condições técnicas necessárias à instalação da refinaria.

Com a construção de um muro de concreto no mar, explicou Alberto Silva, fica resolvido o problema do impacto das ondas e é



Alberto Silva: Piauí precisa sair da posição de estado mais pobre do Nordeste

possibilitada a atração de petroleiros e o bombeamento do petróleo até a refinaria através de apenas 25 quilômetros de oleodutos.

Na região passa um dos poucos rios perenes do Nordeste, o Rio Parnaíba, com água em abundância e uma reserva que gera 100 megawatts de energia elétrica, e existem grandes áreas disponíveis para a construção da usina e de habitações para os futuros trabalhadores.

Em apartes, os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI) solidarizaram-se com Alberto Silva e também defenderam politicamente a instalação da refinaria no Piauí.

Maranhão deve sediar obra, diz João Alberto

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) defendeu a instalação, no distrito industrial de São Luís (MA), da nova refinaria de petróleo. Segundo ele, a capital maranhense possui localização geográfica estratégica e perfeitamente adequada ao escoamento dos produtos a serem produ-

zidos pela refinaria, além da infraestrutura e dos implementos logísticos necessários para dar sustentação ao empreendimento.

João Alberto informou que o distrito industrial de São Luís, criado em 1980 para atrair e ordenar a implantação de indústrias, possui área de 18 mil hectares de terra e está programado em módulos para atender aos mais variados tipos de empreendimentos, inclusive uma



João Alberto citou as vantagens oferecidas pela capital, São Luís

refinaria de petróleo, "com ocupação racional e em harmonia com o meio ambiente".

O senador observou que o local possui infraestrutura de transporte, energia elétrica, abastecimento d'água, habitação, comunicação e

"excelentes condições para instalações portuárias", além de estar situada próxima do local de embarque do minério extraído do projeto Carajás, contíguo à indústria de alumínio Alumar.

Para João Alberto, a instalação de uma refinaria de petróleo na região traria enormes benefícios não somente para o Maranhão, mas para todo o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.